

IDENTIDADE PELO AVESSE: A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO DAS ALTERNATIVAS

IDENTITY INSIDE OUT: SOLIDARY ECONOMY IN THE CONTEXT OF ALTERNATIVES

Fabio Bittencourt MEIRA¹

Maria Ester de FREITAS²

RESUMO: A Economia Solidária (ES) divide com outros movimentos sociais contemporâneos o pensar-se como *alternativa* à realidade instituída. O artigo problematiza esta posição e discute suas implicações na dinâmica e evolução da ES. Utiliza-se referencial teórico da Psicologia Social apresentando impasses derivados do fato de a *alternativa* apoiar-se numa realidade negatizada. O caso da ES é exemplar: a reunião de dois grupos de origem diversa – intelectuais-ativistas e trabalhadores precarizados – em torno de um objeto ausente. Ambos numa busca, entretanto cada qual num plano: intelectuais-ativistas mobilizam-se pelo *socialismo perdido*, buscam uma ideologia substitutiva; trabalhadores mobilizam-se pelo emprego perdido. Revela-se a *outra cena* da ES: o desejo manifesta-se na difícil inter-relação entre teoria e prática. Aprender a ES por esta ótica permite construir uma problematização específica da solidariedade para revelar que algo fica à sombra das grandes questões do movimento: *alternativa* tem origem em *alter* e paga seus tributos por isso. Ativam-se assim os mecanismos do desejo diante da realidade (negada) que se impõe. O artigo expressa um desejo dos autores: a intenção de contribuir para a causa de modo a evitar as armadilhas do desejo que esta mesma causa potencializa.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária, alternativas, solidariedade, psicologia social, organizações

INTRODUÇÃO

No Brasil, Economia Solidária (ES) designa um conjunto de iniciativas com o objetivo de gerar ocupação e renda para as camadas sociais afetadas pela crescente mercantilização do trabalho. O movimento compõe-se de organizações produtivas de diferentes matizes – associações, grupos informais, cooperativas, coletivos de trabalho etc. – apoiadas por governos, ONGs e universidades (BRASIL, 2005; 2007). O termo ES foi criado por teóricos com declarado matiz político de esquerda, faz referência à especificidade dos vínculos sociais que fundamentam sua proposta de construir *outra economia*, fundada sobre a solidariedade, autogestão e cooperação (CATTANI, 2003). Designa-se *empreendimento solidário* o tipo ideal de organização que o movimento objetiva reproduzir.

Como tantos outros movimentos sociais contemporâneos, a ES caracteriza-se pelo pensar-se como *alternativa ao status quo*. O que implica equacionar o problema de construir uma identidade por contraposição à realidade, isto é, contrapor-se àquilo que se entende estar posto como realidade positiva a ser combatida. A negação deste *outro* é o que permite

¹ Professor Adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Email: fbmeira@ea.ufrgs.br.

² Professora Titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas – EAESP, São Paulo, Brasil. Email: ester.freitas@fgv.br

à *alternativa* elevar-se à condição de uma possibilidade e de uma efetividade, ainda que não realizável imediatamente (MEIRA, 2009). A *alternativa* é um projeto a ser laboriosamente construído pelo trabalho incansável e persistente de seus credores.

O presente artigo problematiza este caráter inaugural alternativo e discute suas implicações para o movimento da ES. A partir da apresentação do contexto mais recente em que emergem as proposições *alternativas*, situa-se a ES, dando ensejo a uma problematização específica que é produzida por esta posição inaugural: a construção do movimento por meio de uma simbolização negativa. Isto significa que o movimento se afirma numa auto-referência que nega a realidade, resultando um enunciado paradoxal do tipo: *eu não sou isto* ou *eu sou não-isto*. Os impasses daí implicados são discutidos, para se chegar a um problema central: a disjunção entre teoria e prática. O artigo esforça-se por revelar dimensões que parecem esquecidas apesar da intensa discussão que tão bem caracteriza o movimento da ES. Esta apreensão permite por em questão a natureza dos vínculos de solidariedade. Revela-se algo que fica na sombra das grandes questões do movimento: se a *alternativa* tem origem em *alter*, ela paga seus tributos ao ativar mecanismos inconscientes quando enfrenta a realidade negada que se impõe. O artigo expressa um desejo de seus autores: a intenção de contribuir criticamente para a realização da causa nobre da ES – “[...] ajuda aos desfavorecidos.” (SINGER, 2003b, p. 116) – tentando evitar as armadilhas que esta causa potencializa. As considerações finais apontam certos desafios que parecem cruciais para o desenvolvimento da ES no Brasil.

NEOLIBERALISMO E PLURALISMO POLÍTICO: A INSURGÊNCIA DAS ALTERNATIVAS

There is no alternative! Durante anos, este dito de Margareth Thatcher foi ouvido pelos quatro cantos do mundo como um oráculo. A expressão tornou-se ícone da ideologia neoliberal do *fundamentalismo de mercado* (CHAUÍ, 1999). A doutrina é conhecida dos brasileiros: controlar gastos e reduzir o Estado ao mínimo indispensável visando garantir eficientes relações de mercado. Trata-se de administrar o Estado *como se fosse um negócio*, privatizá-lo oferecendo-o como carteira de investimentos a ser disputada por interesses privados em busca de oportunidades de lucro (PAULANI, 2008). A ampla desregulamentação produz o retrocesso das conquistas de anos de luta em prol dos direitos do trabalho, com a conseqüente volta à mercantilização, via desqualificação desses direitos e garantias, tratados agora como impedimentos à necessária fluidez para o eficiente funcionamento do mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2007).

A ideologia neoliberal tem sua face política: o pluralismo. A sociedade é concebida como um espaço de interesses individuais e negociáveis em que desaparece o antagonismo. A própria noção de luta social fica destituída de sentido; em seu lugar aparece o esforço individual de ascensão à condição de consumidor. O pluralismo dá o tom da dinâmica política necessária à sociedade mercantil ao incitar intensa produção de diferenças que, em

tese, não atritam umas com as outras. Resulta disso uma banalização “[...] que tende a fazer explodir o poder simbólico [...] [porque] o trabalho de elaboração dos significantes jamais se completa [...] e deve ser operado na precipitação própria à luta cotidiana.” (ANSART, 1978, p. 177). Mas, esta *concorrência ideológica* repousa sobre um *sistema envolvente* e profundo, enraizado no inconsciente político de nosso tempo: um *supra-código do capitalismo pluralista*, a combinatória instável de uma lógica sócio-econômica e outra política: a *ideologia do consumo* e o *pluralismo* (ANSART, 1978). Esta estrutura dinâmica revela-se numa relação de coerência que transfigura conflitos sócio-econômicos em simples problemas de escolha:

Ideologia consumista e pluralismo asseguram as mesmas ilusões e os mesmos desconhecimentos: a primeira, tornando cada qual um cidadão nutrido, faz desaparecer as diferenças e a luta de classes; complementarmente, o segundo dá a todos a mesma dignidade de eleitor e não cessa de mascarar a divisão em classes antagônicas. Por esses dois pólos do supra-código, a profundidade dos conflitos sócio-econômicos se acha mascarada e dispersa numa multidão de conflitos mais ou menos artificiais (ANSART, 1978, p. 181).

É por esta passagem do econômico ao político que se encontra a brecha através da qual foi possível pôr em questão a unidade expressa pelo adágio da única alternativa. O pluralismo permitiu que as lutas sociais entrassem pela porta dos fundos para reivindicar um lugar ao sol, justamente, ao fazer circular a moeda pluralista: alternativa passa para o plural, consubstanciando um discurso de crescente repercussão em defesa de diferentes *alternativas*.

Amin e Houtard (2003) publicaram o relatório *Fórum Mundial das Alternativas*, uma rede internacional de centros de pesquisa que apóiam o processo emergente de convergência internacional dos movimentos sociais e de outros agentes da sociedade civil *vindos de baixo*:

‘Não há alternativa’ proclamava M. Thatcher. ‘Há muitas alternativas’ dizemos hoje. Alternativas no plural. Não somente porque queremos evitar todos os dogmatismos de escola e colocar o acento sobre o caráter positivo da diversidade na construção do futuro, mas também porque [...] o futuro será o produto da interação dos movimentos sociais, e porque o grau de coerência e a natureza desse produto não são conhecidos de antemão. (AMIN; HOUTARD, 2003, p. 12).

The Dictionary of Alternatives (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2007), publicação que por si só revela a força desse discurso, apresenta o verbete *anti-capitalismo* enfatizando seu caráter crítico diante do avanço do capitalismo neoliberal, sobretudo devido aos efeitos da liberalização sobre os países em desenvolvimento. O *Anti-capitalismo* tem inspiração no legado de maio de 1968, é uma bandeira dos movimentos sociais estranhos à política oficial e aos partidos, que privilegiam formas de ação direta e mobilização popular. Nesse sentido, ganha relevo a ligação com ONGs e movimentos sociais que se utilizam de recursos midiáticos para formar redes (PARKER; FOURNIER; REEDY, 2007).

Em 2002, Boaventura de Souza Santos publica uma coletânea de relatos sobre experiências *alternativas de produção não-capitalista*, e inclui a ES no rol de alternativas. Embora a adjetivação *não-capitalista* seja evidentemente imprecisa, ela permite acessar o sentido profundo

desta palavra mobilizadora: *alternativa*. No caso da ES, sua presença é mais que um signo da crítica, há o pressuposto de que novas práticas estejam sendo gestadas por grupos sociais oriundos dos estratos inferiores da sociedade brasileira, e que tais práticas apontam para importantes transformações da sociedade capitalista em geral, e não apenas dos ingredientes neoliberais que protagonizam a cena contemporânea. Assim, a ES se define pela ideia de edificar uma alternativa, cuja substância constituiria uma *outra economia* (CATTANI, 2003).

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O PENSAR-SE COMO ALTERNATIVA

A ES ganha sentido ao se pôr no mundo como *diferença*, ao pensar-se como alternativa – a *outra economia*. Isto é feito via elaboração de enunciados que negativam o capitalismo:

A construção de um *modo de produção alternativo ao capitalismo* no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas (SINGER, 2002b, p. 127, grifo nosso).

A Economia Solidária faz referência a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: *estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora* em geral, com ênfase na *ajuda aos mais desfavorecidos*. (SINGER, 2003b, p.116, grifo nosso).

No discurso da ES, *Capitalismo* é um anti-signo com a função de organizar o pensamento, ao se por do outro lado. *Solidariedade* e *autogestão* aparecem como valores antitéticos àqueles que orientam as práticas empresariais capitalistas da competição, individualismo e propriedade (SINGER, 2002a).

O traço ideológico na raiz desse pensamento é esta posição inaugural de anti-signo: *um modo de produção alternativo ao capitalismo*. Manifesta-se, assim, com certa intensidade o problema da passagem do negativo ao positivo. A dificuldade em definir o conteúdo concreto e positivo de práticas tais que *autogestão* e *solidariedade*, com a referida *ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos*, incitam e multiplicam o debate no seio do movimento. A polissemia é evidente já na resposta à questão *o que é economia solidária?*. Uma solução de consenso parece ser o apelo à ideia de que algo esteja *em construção* ou *disputa*: “Economia solidária é um conceito ligado a uma *prática em construção*” (BITELMAN, 2008, p.21, grifo nosso).

Economia solidária é *uma expressão conceitual ‘em disputa’*. Aqueles que defendem a utilização da expressão não coincidem no seu sentido, e aqueles que a criticam, obviamente, não coincidem também em suas críticas (CRUZ, 2006, p. 37, grifo nosso).

O específico *desta construção* ou *disputa* é o apoio sobre uma certeza negativa: *eu sei o que não sou*. O que coloca o movimento da ES no registro do desejo: *esta alternativa não é uma negativa qualquer, mas aquela do possível irrealizado*. É, portanto, *negatividade relativa*, como define René Kaës (2003, p. 2):

A negatividade relativa [...] sustenta um campo do possível. Na negatividade relativa, a positividade se manifesta como perspectiva organizadora de um projeto ou de uma origem: alguma coisa foi e não é mais; ou não foi e poderia ser; ou ainda, aquilo que tendo sido não o foi suficientemente, por excesso ou por falta [default], mas poderia ser de outro modo. A negatividade relativa sustenta o espaço potencial da realidade psíquica.

O desejo se inscreve numa combinação de busca e ausência do que é buscado. A procura do objeto perdido é a marca da ES, ao mesmo tempo, é o que lhe dá permanência e potencial mobilizador. Significativamente, esta dimensão da ausência é também determinante na escolha dos grupos sociais nos quais o movimento procura adesão: *os mais desfavorecidos*. Do lado concreto, a fragilização da classe trabalhadora é o que, paradoxalmente, dinamiza o movimento da ES:

A ES [...] é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulamentação da economia [...]; marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não tem possibilidade de voltar a encontrar emprego [...]. (SINGER, 2003b, p.117).

De modo que a busca no campo teórico tem correlato real na precarização das relações de trabalho, uma combinação nuclear para se compreender a *outra cena* do movimento da ES: trata-se de uma reunião de dois grupos de origem diversa – intelectuais-ativistas e trabalhadores precarizados – em torno de uma ausência. Esta apreensão releva o caráter de um projeto que se pensa negado pela realidade que o contém. No contexto em que emerge o movimento se encontra a chave para lhe dar sentido: a *derrota do socialismo real* diante da hegemonia capitalista alia-se à expansão de uma lógica sócio-econômica excludente. A ES tem o mérito de conectar o desamparo ideológico ao desamparo material, aspecto central para apreender sua dinâmica e evolução. Aqui, a qualificação *alternativa* tem importante papel legitimador, a identidade do movimento se enuncia como alternativa à exclusão sócio-econômica, porém, *o desamparo ideológico desaparece do discurso*.

Conforme Santos (2002), o clima ideológico da virada do século é propício à mobilização cognitiva em torno de fenômenos sociais emergentes. A vitória político-ideológica do pensamento conservador tem forte impacto no projeto socialista. Como observa Russel Jacoby (2001), a esquerda recuou juntamente com o projeto que ela anunciava, a derrocada do regime soviético abalou a autoconfiança na capacidade de reorganizar a sociedade. Uma inflexão liberal marca o *fin de siècle* da ideologia socialista, numa guinada correlata ao enfraquecimento de sua *determinação e imaginação*:

A esquerda passou a falar livremente a linguagem do liberalismo – o idioma do pluralismo e dos direitos [...] Estamos assistindo não apenas à derrota da esquerda, mas a sua conversão e talvez inversão [...] O socialismo pode não ter morrido, mas, a confiança, numa sociedade nova e diferente, sim. Em vez de defender a ideia radical de uma nova sociedade, a esquerda recua inevitavelmente para ideias mais acanhadas, procurando expandir as alternativas no contexto da sociedade existente. (JACOBY, 2001, p. 26-30).

O fim do socialismo *real* ativou a sensibilidade analítica dos intelectuais para as pequenas resistências, que não aspiram projetos grandiosos (SANTOS, 2002). Enquanto isso, as relações econômicas, sociais e políticas contemporâneas trazem a marca do capitalismo em praticamente todas as suas manifestações. A universalização do sistema capitalista é precisamente o que proporciona a insurgência das *alternativas*. Quando este sistema implacável toma a cena, vem a imagem de um pesadelo:

O pesadelo neoliberal passará à história não apenas pela fenomenal concentração da riqueza e da renda e a regressão social que provocou nas sociedades que sofreram a selvageria de suas políticas, mas também pelo formidáveis avanços que precipitou na mundialização capitalista. (BORÓN, 2001, p. 40).

De um lado o sonho do outro lado o pesadelo, as palavras revelam algo mais que argumentos lógicos e racionais. A luta contra o neoliberalismo tem uma dimensão orientada pelo desejo de realizar o sonho de um projeto reprimido pelos acontecimentos históricos do final do século XX.

Quando abordada pelo flanco das alternativas, a ES revela duas faces imbricadas do mesmo desejo: (1) a componente ativista: mudar o mundo ao tornar efetiva uma (outra) economia centrada em relações solidárias; (2) a componente intelectual: buscar os elos perdidos de um projeto socialista irrealizado. *Capitalismo* é o anti-signo que mobiliza e faz a ligação dos dois pólos. Evidencia-se, no caso da ES, a grande dificuldade de articular ação e pensamento. Eis porque só lhe resta identificar-se a uma *prática em construção* (BIDELMAN, 2008) apoiada sobre um *conceito em disputa* (CRUZ, 2006).

ECONOMIA SOLIDÁRIA: TEORIA E PRÁTICA

A *negatividade relativa* ajuda a superar o impasse, é preciso retomá-la como uma afirmação: a ES tem a “[...] positividade como perspectiva organizadora de um projeto ou de uma origem: alguma coisa foi e não é mais; ou não foi e poderia ser; ou ainda, aquilo que tendo sido não o foi suficientemente [...]” (KAËS, 2003, p. 4).

De fato, o trabalho intelectual de suporte ao movimento tem se esforçado em elaborar esta *origem*. Os textos seminais de Paul Singer (2000, 2002a, 2002b) lançaram a ideia de que a ES *nasceu* na revolução industrial, de que guarda íntima relação com o movimento cooperativista dos pioneiros de Rochdale e com o pensamento socialista utópico. Tudo se passa como se presenciássemos um *revival* (termo emprestado de Attie, 2007), como faz pensar a seguinte passagem:

[...] a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa começou seu retorno [...] *ressurgiu* com força cada vez maior a Economia Solidária. *Na realidade, ela foi reinventada*. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. *O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios*, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. (SINGER, 2002a, p. 111, grifo nosso).

Não se trata de aceitar a verdade da ideia de origem oferecida por Singer, mas de entender o sentido nostálgico de sua proposição. Noëlle Lechat (2006) é mais cautelosa ao tratar o problema da origem da ES, afirma que fenômenos da *economia popular e economia informal* – hoje, referidos como ES – ficaram submersos por décadas.

Intelectuais brasileiros retiraram destes conjuntos amplos e heterogêneos que são a economia popular e a economia informal, empreendimentos econômicos que foram colocados em evidência por possuírem algumas características específicas, que podem ser resumidas pela qualidade da solidariedade existente entre seus sócios, com a sociedade e com a natureza à sua volta. (LECHAT, 2006, p. 10).

A ação militante encarrega-se de atualizar esta origem, seja ela qual for, num *projeto*. Aqui, se revela a potencialidade do pensar-se como *alternativa*, que imprime à ES o caráter de *minoría*. Eugène Enriquez (1997) define as minorias pela forma do *grupo minoritário*: aquele que se constitui em contraposição à maioria, de tal modo que as mútuas identificações apaguem as diferenças e elevem o grau de adesão interna. O projeto alternativo manifesta uma aspiração: a minoria deseja tornar-se maioria. Porém, “[...] antes de alcançar seus fins, deve [...] chegar a um grau de aderência que permita às pessoas se sentirem, antes de tudo e contra tudo, membros do grupo. Para tanto somente um caminho se abre: o complô contra os valores instituídos, visando à transgressão da ordem estabelecida” (ENRIQUEZ, 1997, p. 94). Assim, o projeto se torna uma *causa a defender* contra a maioria, já que esta representa a consumação de um triunfo. O grupo minoritário se constitui em contraposição ao que triunfou, por uma conduta *desviada* (ENRIQUEZ, 1997).

O projeto comum antagônico à realidade exige que o grupo funcione na base da *idealização, ilusão e crença* (ENRIQUEZ, 1997). A idealização promove uma elevação à perfeição das qualidades e do valor do projeto, lhe dá uma *aura* que transborda e contagia os integrantes, fazendo-os dignos de algo tão excepcional. A ilusão permite a canalização dos desejos ao esgotar a interrogação crítica acerca do valor do projeto. Os dispositivos simbólicos criados – no caso da ES: *solidariedade, autogestão, cooperação* – operam esta dupla função porque mobilizam o desejo, tanto mais quanto mais o projeto se apresenta como algo inatacável. A crença é, por seu turno, a autonomização da ilusão, quando se esvazia a indagação sobre a verdade. De modo que os dispositivos simbólicos acabam recobrando toda a dúvida e todo o trabalho de indagação, convertendo-se num *sistema de crença* (ENRIQUEZ, 1997).

As seguintes reflexões de um pesquisador que é referência obrigatória no campo da ES, revelam de modo insuspeito o funcionamento desses mecanismos:

[...] o próprio conceito de Economia Solidária carrega em si algo de projeção, algo de desejo [...] Nós idealizamos o que seria uma economia solidária e, depois, procuramos trabalhar nesse sentido [...] Eu acho que esses são conceitos ideais. Eles prefiguram, eles devem ter um papel heurístico. (GAIGER, 2000, p. 179).

Freud (1948) define a ilusão como uma *crença*, “[...] quando aparece engendrada por um impulso de satisfação de um desejo, prescindindo de sua relação com a realidade, do mesmo modo que a ilusão prescinde toda a garantia real.” (FREUD, 1948, p. 1291). Enriquez (1990) releva o fato de a crença significar o desaparecimento de todo o *trabalho* do pensamento – um processo, a um só tempo, doloroso e prazeroso da descoberta, do novo, da *aceitação e elaboração dos conflitos*. Nesse sentido, a crença é o ponto de chegada numa resposta dogmática e definitiva. Enriquez (1990, p. 87) entende a ilusão como a crença na possibilidade de realização de um desejo irrealizável, mas necessário, porque fundado no amor. “Amor pelo onipotente, pelo pai, de que cada indivíduo sente nostalgia. Amor por um ideal criado para se defender de sua própria impotência ou para negá-la, amor pronto para fixar-se em qualquer figura paterna substituta”. (ENRIQUEZ, 1990, p. 87).

A idealização necessária a qualquer ideal e utopia implica sempre o mecanismo da ilusão, revela a *força do desejo* quando se torna uma instância *acima da razão ou fora de qualquer razão*, capaz de encontrar “[...] os próprios caminhos de realização, quaisquer que sejam os obstáculos.” (ENRIQUEZ, 1990, p. 88). A ilusão permite superar obstáculos, ao mesmo tempo, não consegue escapar da realidade que ela insiste em negar: a ausência do objeto investido de amor é sempre uma ausência. Assim, toda a ilusão, em sua indiferença à realidade tende à alienação, sobretudo quando se desloca da *fantasia pessoal*, fixando-se numa *fantasia comum*:

A famosa fórmula ‘a aceitação da neurose geral dispensa o crente da tarefa de formar sua neurose pessoal’ poderia ser assim compreendida: a ilusão é evidente onde exista uma *Weltanschauung*, promessa de sistematização que impede, de uma vez por todas (pretendendo fornecer uma solução), o acesso à encenação, à atuação ou à onirização dos conflitos do desejo. (PONTALIS apud ENRIQUEZ, 1990, p. 88).

A ilusão é um recurso, uma proteção enganadora que vem toda a vez que a realidade se impõe ao sonho e o ameaça. Mas, a ilusão é o amor pelo *objeto ausente e invisível* e, por isso, constantemente ameaçado pela desilusão (ENRIQUEZ, 1990).

Os relatos das práticas de intervenção, assessoria e apoio aos empreendimentos da ES permitem acessar a dinâmica acima referida por *encontro de dois grupos em torno de uma ausência*. O exemplo a seguir foi emprestado de Marília Veronese, pesquisadora dedicada à interrelação entre Psicologia Social e Economia Solidária (VERONESE, 2008). Apresenta-se a seguir excertos de um estudo de caso de uma cooperativa que fracassou em seu intento econômico produtivo, quando um grupo remanescente de trabalhadores ainda tentava reconstruir o empreendimento (VERONESE; GUARESCHI, 2005; VERONESE, 2008). O interesse pelo relato deriva da afirmação de que o *grupo de trabalhadores* manifestava *culpa* pelo insucesso da empreitada:

Formas de se relacionar, sentir e agir *são idealizadas pelos atores da economia solidária*; é como se essa posição de identidade solidária fosse algo obrigatório para eles. Eles precisam pedir (a si mesmos, a mim, a todos) muitas desculpas por não conseguirem efetivar tal posição, por não poderem impedir a vivência das relações de poder como fixadoras de fronteiras. Culpabilizam-se

por não terem tido a competência necessária para a prática da autogestão; se comportar como capitalista, pegar os vícios do capitalismo é algo vergonhoso para sócios de um empreendimento cooperativo e solidário. (VERONESE; GUARESCHI, 2005, p. 65, grifo nosso).

A cooperativa contava com apoio do governo local. Daí a presença de *educadores populares*, além das lideranças comunitárias, bem como a liberalização de verbas públicas como forma de incentivo ao empreendimento. Um *educador popular* aparece no relato, com uma fala surpreendente, durante uma reunião de balanço sobre as causas do fracasso:

(*chegando atrasado e correndo*). Eu sou o P, para mim é muito importante falar sobre o que aconteceu [...] Nós emprestamos R\$ 10 mil para a cooperativa [...] Para onde foi o dinheiro, que nunca retornou? Como foi o processo? Seria pouco pedagógico da nossa parte, como educadores populares, simplesmente deixar pra lá. Não é leite derramado, é prestação de contas. Precisa discutir [...] Esse assunto é doloroso para nós viu [...] A gente dedicou muito tempo. Botamos esperança. (VERONESE, 2008, p. 111-112).

A análise do caso é enfática ao apontar a dificuldade enfrentada pelos trabalhadores em dar conta das demandas de construção de uma cooperativa nos moldes solidários, a pesquisadora afirma que eles foram *chamados a uma reestruturação subjetiva* e a experimentaram como algo acima de suas forças. “A gente não está parado, está lutando como nunca, mas se sente parado porque corre, corre [...] e não parece sair do lugar [...] Vai aqui, vai ali [...] mas ninguém tem uma saída que dê pra dizer: ‘bom, agora é por aqui, é só a gente trabalhar’”, declarou um trabalhador. (VERONESE, 2008, p. 125).

Nesta perspectiva, as expectativas de ambos os grupos – educadores e trabalhadores – são apresentadas como coincidentes. Porém, o *chamado* a que a pesquisadora se refere e a cobrança do educador revelam uma *diferença* entre os grupos. No relato, tende a ficar apagada a evidência de que há um grupo que demanda e outro que responde. Ora, é precisamente esta a cisão a ser enfatizada, pois ela revela toda a tensão entre teoria e prática, da qual o movimento *alternativo* tem grande dificuldade em se desvencilhar. Será preciso inverter o discurso de Veronese (2008) para desvelar a *outra cena* desse encontro.

Os trabalhadores são idealizados pelos educadores e demandados e agir de acordo com o *seu* projeto (indiscutível). Tendo em mente os mecanismos de funcionamento do grupo minoritário apontados por Enriquez (1990), talvez seja possível afirmar que os trabalhadores funcionam como objeto de desejo dos intelectuais-educadores-militantes, de modo que a frustração não está depositada indiferentemente nos *atores da ES*, mas somente naqueles que vêem a realidade do empreendimento contrariar a *causa*. Assim, se explica o fracasso do grupo pela lente dos intelectuais-educadores-militantes como *culpa*, cuja origem seria a impotência para a solidariedade, e *vergonha* em reconhecer a fraqueza moral de deixar-se levar pelo canto da sereia dos *vícios do capitalismo*.

A mensagem do grupo de trabalhadores diante de *todos* parece ser: *fracassamos porque não somos dignos de um projeto tão nobre!* Esta é uma mensagem dirigida a interlocutores específicos, que aparece disfarçada: eles pedem muitas desculpas *a si mesmos, a mim, a todos* por não conseguirem efetivar tal posição. A pergunta é como seria possível efetivar tal posição, senão pelos mecanismos da idealização, ilusão e crença? O grupo de trabalhadores não estaria sendo sacrificado por uma causa irrealizável? Por que este arrazoado acaba sendo apagado da cena?

O caso ilustra o impasse característico das práticas da ES, ao revelar toda a tensão produzida pela posição inaugural de anti-signo (*alternativa*). Ao negar a realidade imputa-se aos *atores da ES* a culpa por afirmá-la. É assim que Paul Singer deixa escapar a força do desejo na base do projeto da ES:

Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos. Entre as empresas solidárias, a autogestão se pratica mais autenticamente quanto mais os sócios forem militantes sindicais, políticos e religiosos. (SINGER, 2002a, p. 22).

O discurso tem um tom messiânico: a identificação deve ser total entre militantes e trabalhadores! Operar na base da idealização, ilusão e crença significa obliterar toda realidade que se manifesta como resistência. Nesse ponto, manifesta-se a enorme dificuldade de superação do estágio de negatividade relativa. O problema de positivar o projeto é o problema de efetivar a organização do *empreendimento solidário* na prática, e esta missão cabe aos trabalhadores. Ora, nada de surpreendente no fato da realidade mostrar-se refratária a esta efetivação, afinal trata-se de um *projeto alternativo*?! Ao contrário do que pressupõe Singer, a distância entre militantes e trabalhadores é a garantia de continuidade do projeto, preserva o espaço indispensável entre teoria e prática que assegura e reafirma as crenças das quais ele se nutre.

UM VÍNCULO SUSPEITO: A SOLIDARIEDADE COMO DÍVIDA

A ES se oferece como um projeto indiscutível, com pressuposto na viabilidade da reunião de indivíduos para formar grupos organizados na lógica do trabalho solidário, cooperativo e autogestionário. Este é o programa das intervenções sociais dos órgãos públicos e entidades de apoio e fomento. A solidariedade está neles pressuposta, sendo deliberadamente incentivada e inculcada no processo de formação dos grupos de trabalhadores.

Mas, uma concepção idealizada de solidariedade subjaz ao projeto: a ideia da união entre pessoas iguais, em reconhecimento mútuo e obrigatório. A solidariedade tem caráter formador e educativo, é pensada como *fusão* do grupo humano, que passaria a existir na indiferença, dada sua homogeneidade interna. A construção disso aparece consubstanciada na *solidez* do empreendimento, quando as relações entre os *sócios* mudam:

Se os sócios têm a propriedade do negócio, *devem se autogerir*; portanto, *as relações precisam se estabelecer em outro patamar*. Essa *chamada à autogestão* é uma das dificuldades centrais dos trabalhadores com ela envolvidos, egressos de formas heterogestionárias, muitas vezes autoritárias, de trabalhar. (VERONESE; GUARESCHI, 2005, p. 60, grifo nosso).

Porém, quando a solidariedade é des-idealizada na vivência real dos *atores da ES*, acaba retornando sob a forma da vergonha e culpa. Ora, depositar o *fracasso* do empreendimento *neles* é já uma forma de culpabilizá-los, é submetê-los a uma *dupla restrição* (CHANLAT; BEDARD, 1996), forma de violência em que os sujeitos são responsabilizados por sua condição de ambivalência, da qual não se lhes oferece saída. Nesse estado, a ação é impossível fora do erro; paralisados, os sujeitos sentem-se e vêem-se responsáveis por sua condição.

A culpa em seu sentido original indica um estado de estar-em-débito – *in culpa esser* – ou, mais precisamente, “[...] o ser incluído através de uma exclusão, o estar em relação com algo do qual se foi excluído ou que não se pode assumir integralmente.” (AGAMBEN, 2004, p.34). É significativa a afirmação a respeito das formas *muitas vezes autoritárias de trabalhar* porque a obrigação da solidariedade, autogestão e cooperação carrega uma violência insuspeita. As seguintes observações de Attie (2007) revelam uma dimensão sombria – e que permanece na sombra – do projeto da ES:

O fato é que a concepção daquilo que tanto se popularizou como Economia Solidária, por mais que se busque negar, nasceu nos muros de universidades, igrejas e outras associações, isto é, a partir de elites intelectuais. Agora o que se vê é a persistente tentativa desses grupos em colocar sua teoria em prática. As características dos empreendimentos de Economia Solidária não são frutos da construção empírica dos trabalhadores, mas sim da construção teórica das elites. O que a práxis cotidiana desses empreendimentos tem demonstrado é que tais características são impostas aos trabalhadores a partir da entidade de apoio que criou as condições para a constituição do empreendimento. Assim, os trabalhadores fazem cursos de cooperativismo e autogestão promovidos por tais entidades com o propósito de ‘prepará-los’ para a Economia Solidária. Aos trabalhadores cabe acatar tais princípios, na medida em que o apoio à viabilização desses empreendimentos está condicionado a esta aceitação. (ATTIE, 2007, p. 77).

Trata-se, portanto, de virar pelo avesso e desmistificar *esta* solidariedade, mostrar que ela é o contrário do que diz ser. A ideologia *solidária* não resiste nem mesmo à etimologia do seu lema, basta levar a sério o encontro da solidariedade com a economia, tal como é pensado no ideário da ES, para mostrar que o rei está nu.

Duvignau (1986) ensina que a origem etimológica do termo solidariedade é latina, uma corruptela de *solidus*, a relação social aí referida remonta o direito romano: *in solidum* designa o vínculo que une devedores de uma soma, numa dívida em que cada um é responsável pelo todo, condição que a lei na França do *Ancien Régime* nomeava *solidité*:

Há solidariedade da parte dos devedores uma vez que eles são obrigados a uma só e mesma coisa, de forma que cada um possa ser constrangido pela totalidade e que o pagamento feito por um só, libere os outros do cobrador. (DUVIGNAU, 1986, p. 12).

Solidariedade é uma obrigação entre dois ou mais indivíduos amarrada a um terceiro. Se a raiz da palavra solidariedade é o latim *solidus*, origem de sólido, solidez, etc., o que fornece pleno sentido à ideia de solidariedade *na igualdade* é a figura do direito romano: *in solidum* – referência à condição em que devedores, cada qual isoladamente, respondem pela totalidade da dívida contraída, são solidários *frente a um credor* (DUVIGNAU, 1986). A igualdade se constrói *na e pela* relação, só existe quando a dívida se interpõe aos devedores constituindo-os solidários. A dívida *em relação ao terceiro* é que funda a relação solidária *entre devedores*.

No direito antigo, a responsabilidade individual sustenta o coletivo, a consciência coletiva é uma totalidade concebida como uma extensão da consciência individual: o alargamento do *cógitio* individual recobre o *nós*, sujeito coletivo emergente de toda associação (DUVIGNAU, 1986). As formas tradicionais da solidariedade – laços de sangue, laços de solidariedade na *urbe* nascente, laços dos saberes, mágicos e das técnicas – comportam uma solidariedade tácita nas relações sociais. Solidariedade e sociabilidade encontram-se em íntima relação, como *res extensa* implicada nas formações coletivas e indissociável dos vínculos que nelas se formam (DUVIGNAU, 1986, p. 82). Dito de outro modo, o *nós* dessas formas de sociabilidade é uma evidência da qual não duvidariam seus participantes, não há problematização dos vínculos, a solidariedade é assim pensada como *natural* e encarnada na própria noção de coletivo, da qual é inseparável.

A concepção de solidariedade vigente no ideário da ES está no registro das formas tradicionais, é pensada como *natural* aos *agentes da ES*, os coletivos aparecem qualificados por esta solidariedade, são já pensados a partir dela, impensáveis fora dela. O paradoxo da solidariedade *natural* aparece quando se demonstram contrários a esta *natureza*: os fenômenos negam um princípio da realidade pensado como *natural*, isto aparece no discurso (e no pensamento) como se a própria realidade estivesse negando a si mesma, e, por conseguinte, tornando-se irreal. A idealização produziu este efeito ao manifestar-se como *grupo fracassado*, os trabalhadores se tornaram indignos do projeto quando se deixaram seduzir pelos *vícios capitalistas*, eles se viram negados enquanto sujeitos *pelo* projeto.

Esta concepção deixa antever a relação social subjacente, cujo modelo é a condição solidária de devedores diante de um credor. Não há solidariedade grupal sem que uma figura externa forneça conteúdo aos vínculos do grupo. A solidariedade é fundada sobre a diferença com este terceiro, o vínculo é estabelecido quando (1) a igualdade se manifesta como oposição de todos os iguais a uma diferença; (2) quando se reconhecem iguais, diante dessa diferença, tornam-se solidários. Coloca-se, assim, o problema de localizar este terceiro excluído – a figura externa – do projeto da ES.

Ele se revela, evidentemente de forma oblíqua, numa afirmação sobre a necessidade de uma *nova ontologia* para fundamentar a *outra* economia:

Mais que ser uma ‘alternativa econômica’, uma busca de novas maneiras de produzir e acumular, a sócio-economia solidária está construindo *uma nova experiência de ser não utilitarista e possessiva, uma nova*

ontologia [...] na qual a dimensão dos valores tem um papel fundamental [...] pois, rompe-se com o *ethos* capitalista de tipo produtivista e consumista. (LISBOA, 2005, p. 111, grifo meu).

Esta *nova ontologia* é não-utilitarista, não-possessiva, não-capitalista. A garantia ontológica da *nova experiência de ser* (solidário) é dada por negações sucessivas, por oposição veemente ao que é contraposto como inimigo exterior: o capitalismo. A igualdade se constrói na oposição à ordem capitalista, negação que produz união e igualdade na contra-ordem. Esta é a diferença que funciona como garantia da relação de solidariedade. A nova ontologia é uma ontologia negativa, situa-se no interior da ontologia capitalista, como sua negação. Isto é crucial para o projeto da ES, porque não há rompimento, mas dependência. A superação desta relação não está posta pelas opções da ES, a escolha da solidariedade como vínculo social central do *novo ser social* não é capaz de provocar a superação da figura antitética externa, uma vez que é criada por ela. A solidariedade aparecerá como sinal (invertido) do capitalismo no interior do projeto da ES, até que outra diferença possa ser evocada pra lhe dar suporte: a ES vive um impasse simbólico. A solidariedade e a culpa o representam com perfeição: “[...] o ser incluído através de uma exclusão [...]” (AGAMBEN, 2004, p.34).

Esta negação do capitalismo sem superação explica a presença de uma criatividade teórica militante. A ES defende uma combinação de propriedade coletiva dos meios de produção e sociedade mercantil. A ideia de firmas individuais de propriedade de trabalhadores é nuclear ao projeto. Esta configuração da *outra* economia (ou outro modo de produção) aparece num misto de socialismo e mercado, que substitui o planejamento econômico centralizado *antidemocrático*, tal como define Singer:

O indivíduo tem o direito de tomar uma iniciativa, abrir uma empresa ou vender o fruto do seu trabalho. O mercado não é um mal, ele é uma forma de realização individual [...] à medida que o mercado permite opções descentralizadas na economia, é uma instituição que eu gostaria que fosse preservada até que se invente coisa melhor [...] *não há contradição entre concorrência e solidariedade* [...] (SINGER apud MACHADO, 2003, p. 106-107, grifo nosso).

Singer afirma que *todo mundo que é socialista (sic)* defende a oportunidade de todos retornarem ao mercado, após uma eventual derrota. Um sistema extra-mercado de regulação reinseriria as “[...] pessoas perdedoras do jogo competitivo para que elas comecem de novo.” (SINGER apud MACHADO, 2003, p. 107). No jogo econômico é decisiva a garantia à possibilidade de iniciativa, com contrapartida na ampliação das escolhas para o consumidor, Singer enfatiza que esta não é uma questão prática, mas de princípio: *isto é um valor*. Não há problema em existir cooperativas ou empresas que fecham, porque as pessoas merecem nova oportunidade, exatamente porque perderam. A proposta é uma economia em que *ninguém nunca perde*.

No esteio das idéias do mais importante intelectual do campo da ES, não pareceria imprudente abandonar o pressuposto da *outra economia* para colocar a ES dentro do modo de produção capitalista – que não é outra coisa do que uma sociedade mercantil, regida

pelo primado da mercadoria, produzindo na base do valor de troca. Dado que a motivação da ES é econômica – o combate ao desemprego – e realização de seu projeto se efetiva pelo trabalho associado em firmas individuais de propriedade coletiva que competem no mercado, a imersão na lógica de reprodução capitalista pode ser realizada sem que o projeto seja desfigurado! O próprio Singer confirma estas impressões nas seguintes passagens:

A economia solidária de fato se constrói nos interstícios que as crises inerentes ao capitalismo deixam desocupados. São empresas em crise ‘tomadas’ pelos seus empregados e transformadas em cooperativas; terra deixada improdutiva que via reforma agrária é entregue a trabalhadores, que a cultivam em empreendimentos solidários; é o lixo que infesta as cidades e é reciclado por cooperativas de catadores, etc. O maior desafio é motivar e resgatar a multidão deixada à margem, fazendo-a ver que sua emancipação é possível desde que se tornem os protagonistas dela. (SINGER, 2003b, p. 110).

A Economia Solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo; como tal ela não poderia preceder o capitalismo industrial, *mas o acompanha como uma sombra*, em toda sua evolução. (SINGER, 2000, p. 13, grifo nosso).

Desta *outra* perspectiva, a solidariedade malogra como caminho para a emancipação e funciona como elemento agonístico na dinâmica do movimento da ES. Se a decantação da solidariedade é dependente da construção de vínculos sociais originados da oposição ao capitalismo, não surpreende a defesa de uma alquimia inofensiva entre mercado e ES (*até que se invente coisa melhor*). Já a ideia singela de que a ES é uma *sombra* do capitalismo revela uma força insuspeita: o modo de existência da ES está mais próximo dessa sombra do que supõem seus ideólogos. Tudo indica que é possível avançar na contramão da teoria militante para pensar a ES integrada ao modo de produção capitalista, assumir de vez a dependência e pensar-se como outro do outro. Afinal o que é uma *alter*-nativa senão aquilo cuja origem está em *alter*?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso foi sinuoso, evidenciando a trajetória incontornável de realização de todo projeto que se entende *alternativo*. Não há como escapar dos fantasmas por meio dos quais a realidade (negada) insiste em dar as caras. Ao contrário, é preciso enfrentar as figuras fantasmáticas da *negatividade relativa*, se o desejo for avançar *de fato* avançar na construção do projeto da ES. Se for verdade que toda causa inatacável enseja o sacrifício, aqui pode se revelar a necessidade de se sacrificar a causa.

Certas idealizações precisam ser desmistificadas sob pena de o projeto fracassar diante de uma realidade antagônica que se impõe com insistência. O enfrentamento dos antagonismos tem lugar privilegiado no cotidiano dos empreendimentos (ditos *solidários*). A compreensão da vivência dos grupos de trabalhadores por parte dos grupos de intelectuais-educadores-ativistas é o ponto nodal em que a crítica do movimento deve operar. Isto

demanda um enorme esforço reflexivo (FREIRE, 1996). Aí se revela o limite da *pedagogia* solidária, o lugar em que a tensão entre teoria e prática esgota a razão. Aí mora o perigo do bloqueio do pensamento e do virtual impedimento da reflexividade, o perigo de se construir um fosso intransponível entre pensamento e ação.

Por outro lado, é preciso assumir de uma vez por todas que a ES opera no registro do desejo. Os dispositivos simbólicos falam por si: solidariedade, autogestão e cooperação. Nesse ponto, revelou-se um mecanismo perverso da dinâmica teoria e prática: um discurso ideológico que pretende apagar as falhas, ao promover a identificação total entre os dois grupos componentes do movimento. Se este mecanismo tornou-se uma evidência aos leitores deste artigo, nosso objetivo foi alcançado. De nossa parte, colocamo-nos francamente como seres desejantes e defensores dessas mesmas causas, na busca de uma solução para o impasse. O alerta é sobre a dificuldade de superar as armadilhas do desejo, precisamente a substância que torna os projetos *alternativos* aquilo que são.

MEIRA, Fabio Bittencourt; FREITAS, Maria Ester. Identity inside out: solidary economy in the context of alternatives. *ORG & DEMO* (Marília), v. 12, n.2, p. 21-38, jul./dez., 2011.

ABSTRACT: Solidary Economy (SE) shares with other contemporary social movements the self-reference of alternative to instituted reality. The article discusses this position and its implications to the dynamics and evolution of SE. Adopting the theoretical framework of social psychology, the article shows the impasses derived from the fact that any alternative is based on a negative reality. The case of SE is exemplary: the meeting of two social groups – intellectual-activists and precarious workers – around a missing object. Both desiring something absent: intellectual-activists seek lost socialism, workers seek lost jobs. It turns out SE other scene when the desire manifests itself through a paradoxical interplay between theory and practice. To apprehend SE by such a perspective allows a specific problematization of solidarity that reveals something in the shadow of the central debate of SE movement: alternative comes from “alte” and pays tribute for it. The mechanisms of desire are activated in the process of facing the imperative (denied) reality. The article expresses a desire of the authors: the intention to contribute to the cause in order to avoid the pitfalls of desire that the cause itself poses

KEYWORDS: solidary economy, alternatives, solidarity, social psychology, organizations.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AMIN, S.; HOUTARD, F. *Fórum Mundial das Alternativas: mundialização das resistências – o estado das lutas* 2003. São Paulo: Cortez, 2003.

ANSART, P. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ATTIE, J. P. *Organizações Solidárias de Produção: subversão ou submissão ao capital? Uma análise sobre as possibilidades da emancipação pelo trabalho*. 2007. Dissertação. (Mestrado em Administração Área de Concentração: estratégia e organizações). - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BITELMAN, M. F. *A disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: os casos de São Paulo e Osasco*. 2008. Dissertação. (Mestrado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, Campos de São Paulo, São Paulo.

- BORON, A. A nova ordem imperial e como desmontá-la. In: SEOANE, J.; TADDEI, E. (Org.). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. São Paulo: Vozes, 2001.
- BRASIL, *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 02 abr. 2007.
- BRASIL, *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007*. Brasília: MTE, SENAES, 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sics.asp>>. Acesso em: 08 ago. 2008.
- CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CHANLAT, A.; BEDARD, R. Palavras: a ferramenta do executivo. In: CHANLAT, Jean-François. *O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1993.
- CHAUÍ, M. Fantasias de terceira via. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 dez. 1999. Caderno Mais, p. 4-10.
- CRUZ, A. C. M. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. 2006. Tese. (Doutorado em) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- DUVIGNAU, J. *La solidarité*. Paris: Fayard, 1986.
- ENRIQUEZ, E. *Da borda ao Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ENRIQUEZ, E. *A organização em análise*. São Paulo: Vozes, 1997.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREUD, S. El porvenir de una ilusión. In: *Obras Completas*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1948.
- GAIGER, L. I. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAICHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JACOBY, R. *O fim da utopia*. São Paulo: Record, 2001.
- KAËS, R. A negatividade: problemática geral. In: *Psicologia USP*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2003.
- LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: *Economia Solidária Volume 1*. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2006.
- LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, jul./set., 2005.
- MACHADO, J. Cooperativas e socialismo. In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MEIRA, F. B. *As encruzilhadas da autogestão: imaginário e simbólico nas empresas assumidas por trabalhadores. Uma análise de empreendimentos da economia solidária*. 2009. Tese. (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Campos de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PARKER, M.; FOURNIER, V.; REEDY, P. *The Dictionary of Alternatives*. London: Zed Books, 2007.
- PAULANI, L. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008
- SANTOS, B. S. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. *Produzir para viver*. Os caminhos da produção não capitalista. São Paulo: Cortez, 2002b.

SINGER, P. Entrevista: Paul Singer. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. São Paulo, v. 6, p. 109-111, 2003a.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

VERONESE, M.; GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. *Psicologia & Sociedade*. Florianópolis: UFSC, v. 17, n. 2, p. 58-69, mai./ago., 2005.

VERONESE, M. *Psicologia Social & Economia Solidária*. Aparecida: Idéias & Letras, 2008.

Enviado em: 17-08-2011

Aprovado em: 03-11-2011

